



Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Secretaria de Coordenação Política e Governança Local
Gerência do Orçamento Participativo

Conselho do Orçamento Participativo



Sessão Plenária

Seção Ordinária do dia 13 de setembro de 2005.

ATA: 16

PAUTA: Matriz Orçamentária

JÚLIO PUJOL (Coordenador): Estão abertos os trabalhos. Na última reunião houve uma proposta para que não houvesse nessa noite o período das Comunicações. O plenário confirma? (Pausa.) *(Por decisão do plenário não haverá o período das Comunicações)*. A pauta de hoje é a matriz orçamentária. O GPO está trazendo os valores que serão distribuídos para as regiões e temáticas. O Ricardo Erig do GPO está com a palavra. **RICARDO ERIG (Gabinete de Programação Orçamentária):** Boa noite. Conforme o nosso cronograma é a quarta reunião para a discussão da Matriz Orçamentária. Na última reunião não pude estar presente, assim como o Secretário Portela, e estiveram aqui dois técnicos da Prefeitura, do Gabinete de Programação Orçamentária, e até gostaria de transmitir um pouco do sentimento pela maneira como eles foram tratados aqui no Conselho. Os rapazes que estiveram aqui são funcionários do Município há mais de 25 anos. Um deles é o Mauro, nosso Coordenador de Orçamento do GPO, que trabalha com Orçamento Público Municipal há 29 anos. É uma pessoa que tem muito para contribuir e poderia ter engrandecido em muito a discussão da Matriz Orçamentária, elucidando as mais diversas dúvidas desse Conselho, mas, infelizmente, não conseguiram falar aqui nesse Conselho. Então, tenho a dizer que foi desperdiçada essa oportunidade por esse Conselho para ampliar o seu conhecimento a respeito da matéria. A nossa pauta é para dar continuidade à discussão da Matriz Orçamentária. Trazemos para todas as regiões e temáticas a proposta de distribuição de recursos. Apresentamos os cinco primeiros temas eleitos pela cidade, e em relação às Temáticas não fechamos a Temática de Organização da Cidade e a Temática da Cultura, em termos de valores, no dia de amanhã conseguiremos finalizar até o final da tarde. As demais regiões e temáticas já têm distribuídos os seus recursos. O compromisso do prefeito Fogaça é a manutenção dos investimentos históricos do OP. Se utilizou a média histórica dos últimos anos mas, com essa proposta, em vez de o governo colocar as obras de Pls atrasados que gostaria de estar realizando colocamos para o conjunto do OP para que decida qual a melhor maneira para apresentarmos a possibilidade de todas as regiões e temáticas resgatarem seus Pls anteriores. Viemos ao longo dos últimos dias acompanhando algumas regiões e temáticas que solicitaram a nossa presença. Ontem, estivemos na região Partenon, e amanhã teremos mais duas temáticas e uma região. Então, solicitamos, mais uma vez, que até quinta-feira, as regiões e temáticas apresentem a maneira como gostariam que fossem resgatadas as demandas de Pls anteriores. Estamos aguardando as atas das regiões para a definição do percentual, e também estamos aguardando os critérios para o resgate dessas demandas. Temos até o dia 15 para receber essas informações. Acreditamos que até o dia 10 ou 12 possamos estar com o plano de investimentos rodado para entregar à Câmara de Vereadores e também para vocês. *(A seguir é feita*

a distribuição dos valores destinados para cada região e temática.) Vocês receberam aí uma tabela. Havia duas maneiras de ser impresso esse material, uma como está, com as letras e números reduzidos no tamanho, onde conseguíssemos enxergar a tabela numa única folha, ou precisaríamos ter uma sucessão de folhas, teríamos de montar para que vocês pudessem enxergar. Quero dizer que vocês todos receberam a proposta da Matriz Orçamentária, órgão por órgão, item por item, projeto por projeto, atividade por atividade, de todas as secretarias e órgãos do Município. Hoje apresentamos os recursos que irão compor o Plano de Investimentos para 2006. Na primeira folha, no item de habitação, existe um total de R\$40.859.569,00, dos quais R\$19.948.708,00 referentes à continuidade do Projeto Integrado Entrada da Cidade, e o restante são referentes aos projetos de regularização fundiária, construção de projetos habitacionais, e de cooperativas habitacionais. Ali tem uma divisão por regiões e os valores que irão para a temática. Na outra página temos a apresentação da SMED, num total de 14 milhões, 65 mil reais e uns quebrados, para o item educação, sendo 10 milhões, 786 mil para a continuidade dos projetos que vêm de 2005 e vão para 2006. Em investimentos novos são 3 milhões e 279 mil. Temos ali a divisão por região e 110 mil para a Temática. Temos depois a Secretaria Municipal da Saúde, que ficou em terceiro lugar na cidade de Porto Alegre, onde são apresentados 1 milhão 550 mil reais para as regiões e 150 mil reais para a temática, totalizando 1 milhão e 700 mil reais. Apresentamos também para os temas a média histórica que foi efetivamente empenhado nos últimos 3 anos. Para o tema Habitação foram gastos 9 milhões, 346 mil, 978 em Porto Alegre, e estamos propondo 20 milhões 910 mil; em Educação a média foi de 2 milhões e 500 mil e estamos propondo 3 milhões, 279 mil; para o tema Saúde estamos propondo 1 milhão e 700 mil reais, enquanto a média dos últimos anos foi de 1 milhão e 40 mil reais; em Assistência Social a média dos últimos 3 anos está em torno de 1 milhão e 200 mil e estamos trazendo 1 milhão e 600 mil reais, mais 400 mil reais para a Temática de Saúde, o que totalizam 2 milhões de reais. Trouxemos ainda o item que ficou em quinto lugar, mas que mesmo assim trouxemos para vocês. Temos de deixar claro o que acontece com o tema Pavimentação. É do conhecimento do Conselho que Porto Alegre demandou nos últimos anos o tema Pavimentação e existe na cidade de Porto Alegre um financiamento e a execução desse financiamento, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, para a pavimentação comunitária. Então, para o ano de 2006, estão previstos valores de 12 milhões, 221 mil reais para o tema Pavimentação, só que esse dinheiro já está vinculado às pavimentações comunitárias a serem feitas. Então, como continua o processo no ano de 2006, apresentamos o valor do tema circulação e transporte de 310 mil reais, apesar de toda cidade estar sendo contemplada com o tema pavimentação comunitária, construção de novas vias, com 12 milhões e 288 mil reais. Num primeiro momento era isso. Apresentamos também uma tabela para que vocês possam enxergar com mais precisão a forma como vocês poderão resgatar as demandas anteriores. O Executivo vem procurando ampliar, buscando formas de financiamento externo, para que possamos resgatar as demandas atrasadas, mas até isso acontecer temos de achar a melhor forma para fazer esse resgate das demandas atrasadas. De maneira geral era isso e é importante que sejamos propositivos, mais do que nunca, até porque trabalhamos com prazo. Então, são importantes as considerações que esse Conselho apresentar, não só para a proposta orçamentária, para o plurianual, mas sobre todas as situações que se vivenciam dentro desse Conselho. Estamos à disposição para os questionamentos. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** O Ronaldo está com a palavra. **CONSELHEIRO RONALDO (Região Sul):** Boa noite. Gostaria de saber, na SMOV, a questão dos 9,96, é um percentual, e isso antigamente era a quantidade de asfalto para determinada região. Quero saber por que não foi feito assim agora. Outra questão: o índice para tirarmos na região em relação às obras atrasadas, gostaria de saber se isso deve ser feito por tema? **RICARDO ERIG (GPO):** Por tema. **CONSELHEIRO CUPINARÉ (Região Leste):** Estou chegando agora preocupado porque é histórico trabalharmos a matriz orçamentária e trabalhar recursos. Há alguns valores absurdos, como na Secretaria da Fazenda, com quatro milhões, e vou repetir para servir de referência que na comunidade de Porto Alegre aprendemos a cultura de priorizar, ou elencar as prioridades e ganhar o emergencial. A Prefeitura tem de ter esse mesmo cuidado, elencar as prioridades de investimentos do governo, e investir no emergencial. Por exemplo, na Secretaria da Fazenda temos quatro milhões na modernização mobiliária. Parece que esses quatro milhões não podem ser apenas para isso, e no mínimo um milhão desses temos de alocar para as comunidades. Inclusive sugiro à mesa que fosse feito um trabalho por Secretaria. Na semana passada, num

segundo momento, fiz o encaminhamento para a modernização da Guarda Municipal, 658 mil. Parece que é um investimento que não emergencial. Vamos fazer a modernização da Guarda Municipal, que já tem uma existência de 40 anos, tipo *Jack Estripador*, ou seja, por etapas, assim como nós, nas comunidades, fazemos com as nossas obras. Eu, Cupinaré, da região Leste, se não discutir essas secretarias aqui, não vou para lá, e aqui não vai nenhuma crítica, mas se não mexermos nesses recursos, e se não formos convencidos desses valores, nós vamos transformar o Orçamento Participativo num circo onde cada um faz o seu papel, mas quatro milhões na Secretaria da Fazenda para mobiliário não dá. Fiscalização da SMIC, 153 mil, quando ela usa a Kombi da CTA, onde o motorista é pago pela Administração, usa a Guarda Municipal, cujo salário do guarda é pago pela Secretaria de Direitos Humanos e Segurança, pela verba geral, e tem ainda o apoio da Brigada Militar. Tirando a CTA, tirando o Guarda Municipal e a Brigada Militar onde é que a Administração vai gastar 153 mil? São dez mil por mês para a fiscalização da SMIC. Não quero desconstituir nada, mas o que tem de gordurinhas não quero que elas estejam prontas para os Vereadores alterarem, e se for assim prefiro que nós, da comunidade, alteremos primeiro. É por isso que acho que temos de vir por Secretaria. Quero ouvir o Adi, da Temática de Desenvolvimento, da SMIC, se ele concorda com esse negócio da SMIC. Obrigado. **RICARDO ERIG (GPO):** É importante frisar ao Conselheiro **Ronaldo** que muito embora tenhamos reproduzido quais os critérios, na SMOV, pavimentação, qual seria o percentual também, a pavimentação não está entre as prioridades da cidade de Porto Alegre, em termos de novos recursos. Dizer para o Seu **Cupinaré** que a modernização da Guarda Municipal é algo que nos preocupa, e é uma das prioridades desse governo, vivemos em Porto Alegre um problema muito sério em relação à segurança pública. Alguns podem entender que esse é um problema exclusivo do governo estadual, mas se o governo do Estado não resolve o problema da segurança o Município tem que tomar posições para tentar diminuir os índices de violência na cidade. Dizer que 650 mil reais é demais para o treinamento da Guarda Municipal, para novas contratações e equipamentos, assim como para equipar os fiscais da SMIC. Os Conselheiros da Temática que seguido estão nos visitando sabem bem as condições de trabalho que hoje têm os fiscais da SMIC, em condições de trabalho precárias, sem infra-estrutura para a melhora da qualidade dos serviços. E não estamos falando apenas em relação ao Centro da Cidade, quando falamos nos fiscais da SMIC, mas em todo comércio e indústria da cidade. Por isso a necessidade de mais investimentos. **CONSELHEIRO AQUINO (Região Glória):** Tenho experiência na região e vou dizer que para que possamos diluir isso tudo aqui teríamos de fazer um curso, para que possamos aprender como fazer a divisão dos recursos, através dos critérios. Foram colocados aqui os valores das regiões, dinheiro que entrou no PI para ser dividido na região, onde é dividido por obras, e não estão especificadas as obras. E podemos ter uma ou outro na região, mas os valores não são todos esses que estão aqui. Na região tem 819 mil e 970 para o PI 2006. Nisso já estão incluídos os 30%? **RICARDO ERIG (Coordenador):** O que acontece Conselheiro **Aquino**, é o seguinte: todas as vezes que nós no Gabinete de Programação Orçamentária iniciamos a discussão de qualquer tema aqui dentro desse Conselho, todas as vezes nos colocamos à disposição, não somente aqui no COP, mas também lá no GPO, para esclarecermos as dúvidas que não conseguimos sanar aqui, alguma pendência ou dificuldade de algum conselheiro para a compreensão desse processo de discussão. Conselheiro Aquino, dizer que é complicado compreender o processo orçamentário, sem dúvida nenhuma. Eu demorei um pouco de tempo para compreender o que era função, subfunção, projeto, atividade, subprojeto, subatividade. Mas, estamos à disposição para os que quiserem nos visitar no GPO para tratarmos exclusivamente de Orçamento não tem nenhum problema. A pessoa mais indicada para falar sobre Orçamento para vocês talvez não seja eu ou o Secretário Portela, talvez seja o Mauro que esteve aqui com vocês na semana passada e que não conseguiu falar. Mas, digo mais uma vez: estamos à disposição do Conselho para esclarecer qualquer dúvida a respeito da matriz orçamentária, do processo do orçamento, do plano plurianual. Se quiserem em forma de curso estamos à disposição também. É só marcar. **CONSELHEIRA ROSE (Temática da Cultura):** Conversei com o Mauro posteriormente sobre Orçamento e consegui esclarecer muitas dúvidas que tinha em relação à área da cultura e ontem conseguimos ampliar mais a discussão na reunião da Temática, foi a primeira reunião descentralizada que tivemos, aconteceu dentro do acampamento Farroupilha, e para nossa surpresa um número grande de delegados compareceu, sendo muito proveitosa a reunião. E concluímos na Temática por uma proposta de alteração desses valores,

dentro da própria Secretaria, até porque o Mauro disse que poderíamos trazer essa proposta. E a nossa proposta é exatamente na prioridade da nossa Temática, que é a descentralização da cultura, que é o que vai fomentar e levar a cultura para nossas vilas, que é onde capacitamos, formamos pessoas, jovens, crianças, na área cultural. Então, estamos propondo a retirada dos 300 mil para o fomento à produção cultural, porque entendemos que esse incremento é uma proposta nova desse governo e não temos como medir quem será beneficiado com esse fomento. Então, achamos que a descentralização da cultura é que merece receber esse valor. Sugerimos ainda que ao lado, onde está escrito “Democratização da Cultura”, que é um programa, seja colocado “Descentralização da Cultura”. Obrigada. **CONSELHEIRA DILECTA (Região Norte):** Boa noite. Quero fazer uma pergunta: por que na SMOV não existem os valores, somente a porcentagem? Outra: por que os outros departamentos não têm a distribuição por região, como por exemplo o DEP, o DMLU? Por que esses órgãos não aparecem? Obrigada. **CONSELHEIRA ADACLIDES (Região Restinga):** Quero um esclarecimento sobre esse valor para a Guarda Municipal, e não tenho nada contra: é para capacitação do Guarda Municipal, então gostaria de saber baseado em que lei e para que será dado o respaldo, porque não me consta que eles possam atuar em flagrante e muito menos protocolar, fazer o registro da ocorrência. Quero saber até que ponte será essa capacitação, para o que irá servir, porque, caso contrário, eles farão a mesma coisa que fazem nos dias de hoje, até porque a Câmara Federal, o Senado, não estarão votando nada nesse período em que estamos. Portanto, eles vão ganhar a verba, vão se capacitar e não poderão usar aquilo para o que foram capacitados, e vão terminar também perdendo. É como na área da segurança, onde deve-se fazer um estágio semestralmente porque senão se perde a carteirinha de segurança. **RICARDO ERIG (GPO):** Quero dizer para a Conselheira **Rose** que algumas vezes temos dúvidas, não somente aqui, também na Câmara de Vereadores, quando aconteceu o processo de emendas, foram 315 emendas e 14 subemendas ao Plano Plurianual, onde muitas vezes diversas emendas foram prejudicadas pela maneira como foram apresentadas. Se aqueles que fizeram as emendas tivessem mais conhecimento da matéria talvez não tivessem sido prejudicados nas suas solicitações. O conhecimento da matéria é sempre importante, temos consciência que vocês entendem sobre o tema da cultura na cidade, juntamente com os nossos técnicos da Secretaria Municipal da Cultura, e com certeza isso será avaliado. Para a **Dilecta** gostaria de dizer que não são apresentados os recursos da SMOV porque pavimentação ficou em quinto lugar na cidade de Porto Alegre, não é prioridade da cidade, portanto não recebe recursos novos. No entanto tem a pavimentação comunitária que estará recebendo o valor de 12 milhões, para pavimentação comunitária na cidade como um todo, que são as obras que vocês demandaram nas regiões. Para a **Adaclides** queremos dizer que a questão da Guarda Municipal realmente é decisão da Administração, através de uma demanda da cidade, a respeito do tema segurança. Da minha janela no sexto andar da Prefeitura, não tem semana que eu não enxergue uma velhinha sendo roubada nas portas do Mercado Público, por exemplo. Infelizmente vivemos isso na cidade de Porto Alegre. É um item delicado a questão da segurança, então temos de enfrentar de alguma maneira esse problema, até porque se a Brigada Militar não consegue resolver todos os problemas de segurança o Município tem de ajudar nessa tarefa. **CONSELHEIRA REGINA (Temática da Cultura):** No início do ano teve um projeto chamado Vivendo Segura, só que esse projeto teve uma área piloto, e parece que vai atingir somente a região Centro, o Parcão, Moinhos de Vento, na orla do Guaíba, então pergunto como ficam as comunidades, a Guarda Municipal vai agir nas comunidades, na Restinga, na Cruzeiro, no Cristal, dentro das vilas vai também atuar ou será para quem já tem condições de ter a sua própria segurança privada? **RICARDO ERIG (GPO):** Concordo em gênero, número e grau com a Conselheira que me antecedeu aqui, porque não adianta colocar um Guarda Municipal dentro de um condomínio que tem todos os mecanismos de segurança. Não que isso também não seja importante, até porque essas pessoas também são contribuintes e também têm direitos. Mas, sabemos que as regiões menos favorecidas sofrem muito com a questão da segurança, e ninguém melhor do que vocês para nos dizerem que existem aquelas famílias que saem para trabalhar e chegam em casa e não têm mais nada em casa. Sei disso porque já vivenciei muitas situações dessas na cidade de Porto Alegre, e com certeza lá seria o local onde a Guarda Municipal deveria estar agindo através do programa de Vizinhança Segura, mas para isso a Guarda Municipal tem de estar equipada, preparada, através de cursos, de equipamentos e maquinários novos, para agir. Porque senão o ladrão corre de Vectra e o Guarda Municipal corre atrás dele de

bicicleta. Aí não tem graça. **CONSELHEIRO OMAR (Região Cruzeiro):** Não me preocupam somente as velhinhas assaltadas, mas também as velinhas apagadas. Mas, o caso é o seguinte: acho que essa discussão da matriz orçamentária é uma discussão desnecessária, porque essa matriz tem de ter sido montada em cima de projeções que fizemos. Quando começamos a fazer as rodadas únicas respondemos a um questionário dizendo o que queríamos de prioridade em matéria de investimentos. Posteriormente, além disso, demos outro indicativo à Administração, não somente a essa, mas à anterior, à anterior, à anterior, desde 1988 quando a Constituição obrigou as administrações a mentirem, sim, porque quando ela diz que tem de ser feito um plano plurianual, uma administração que baseia a sua operacionalidade em receitas presumidas que podem ou não se confirmar, está obrigando-as a mentir. Então, nas rodadas únicas dissemos o que queríamos como prioridades, quais os temas, as nossas demandas estão consubstanciadas em formulários, e damos o indicativo do que queremos. Então, em face daquilo que dissemos que queríamos nas rodadas, e depois com o material que entregamos, eles puderam fazer a sua projeção, a sua grade e dizer que é tanto para isso e tanto para aquilo. Sempre foi assim, não é novidade agora. Mas, agora, ouço dizer “tira daqui, tira dali, bota para lá”. Não foi isso que nós queríamos que fizessem? Eles devem ter feito. Acredito que sim. Em toda Secretaria tem um Secretário que tem que ter, no mínimo, curso superior. Eles têm lá técnicos, a informática, gente com salário, então, não vão fazer errado, vão fazer aquilo que queremos, até porque não passa semana que não saia no Diário Oficial a abertura de créditos suplementares. Então, pode-se dizer o que quiser, colocar onde quiser, mas a abertura de créditos suplementares vai continuar existindo, e não temos controle sobre isso. Mas, o Governo confundiu as coisas e deve procurar recursos através dos órgãos de captação de recursos, para não tirarem de nós 30, 40 ou 60% para que sejam colocados em cima de demandas, cujo valor histórico era de 100 mil, mas que agora, na realidade já serão 300 mil. Está instaurado o caos. **CONSELHEIRO JORGE (Região Cruzeiro):** Ovi falarem muito em segurança aqui, e quando se fala em segurança eu fico preocupado, porque, para mim, segurança é educação. Se não tivermos uma boa educação, não adianta armarmos o exército e coloca-lo nas ruas. Vejo a matriz da SMED para a construção de creches para as nossas crianças, que amanhã poderão ser futuros ladrões, uma mixaria, para cada região não dá para construir uma creche. Se não conseguimos construir uma creche onde as crianças possam ficar e os pais trabalharem para obterem renda como vamos ter segurança mais tarde? O problema da segurança será resolvido quando começarmos a pensar na educação das nossas crianças, para que amanhã possam ser homens e mulheres de bem. Obrigado. **CONSELHEIRO JAKUBASZKO (Temática de Educação, Esporte e Lazer):** A Regina falou do plano piloto da Guarda Municipal, aqui no Centro, como referência, e o parque Farroupilha faz parte do centro de Porto Alegre e estamos precisando de segurança, porque no domingos está um caos lá, quero aproveitar para sugerir essa atuação nesse plano piloto. A Temática de Educação, Esporte e Lazer aparece com 110 mil reais, vou ter de passar o chapéu para o pessoal, porque realmente é muito pouco dinheiro. E quero dizer que no ano passado foram agregados 100 mil reais que não aparecem aí, Ricardo. Precisamos saber onde estão os outros 100 mil reais. **RICARDO ERIG (GPO):** Desculpe, quais são esses 100 mil reais? **CONSELHEIRO JAKUBASZKO (Temática de Educação, Esporte e Lazer):** Aparecem 110 mil reais, mas no final do ano passado foram agregados mais 100 mil reais. Depois poderemos ver isso, porque o valor total deveria ser 210 mil reais. A Temática gostaria, se possível, que fosse discriminado o que é manutenção, o que é custeio e o que é investimento, para que possamos nos situar melhor nos valores da Temática de Educação Esporte e Lazer. Obrigado. **RICARDO ERIG (GPO):** O Seu Omar fez algumas considerações e acabou não fazendo nenhuma pergunta. Para o Conselheiro Jorge, da Cruzeiro, quero dizer que deixamos claro em todos os momentos que temos a maior boa vontade no sentido de resgatar as demandas antigas desse Conselho, e ampliar os recursos de decisão dentro do Orçamento dos próximos anos, mais precisamente do ano de 2006 para todas as regiões da cidade. Torno a dizer que a média de investimentos no item educação, e concordo que educação é fundamental, é de 2,5 milhões, e estamos dando um incremento de 700 mil reais, o que dá mais de 25%. Para se ter uma idéia na Cruzeiro está previsto no PI-2005 131 mil reais e para o PI-2006 estamos colocando 247 mil, quase o dobro. Todas as regiões ampliaram de acordo com a sua demanda. Quero dizer ao Conselheiro Jakubaszko que podemos abrir, discutir, em relação às temáticas esses valores e até amanhã no final da tarde estamos à disposição para fazer os ajustes que forem necessários. **CONSELHEIRA**

MALU (Temática de Educação, Esporte e Lazer): Boa noite. A minha pergunta vai na direção do que o Seu Omar e o Jakubaszko falaram. O Plano de Investimentos normalmente é caracterizado por contemplar as demandas apontadas pelas regiões e temáticas. Percebi na matriz orçamentária que vi na semana retrasada, até porque estava participando de um congresso na semana passada e não pude vir aqui, é que havia despesas de custeio e manutenção junto com despesas de investimentos. E o nome já diz que é plano de investimentos, então têm de estar contempladas as verbas que nós, como cidadãos da cidade, deliberamos e não as verbas que são demandas institucionais, como, por exemplo, a questão da segurança, que, pelo que eu saiba, não foi pautada em região nenhuma e em temática nenhuma, e está aparecendo. Então, gostaria que fosse discriminado o que realmente é investimento na matriz orçamentária, porque é muito cômodo dizer que tem 10% de investimento. Acho que não é verdadeiro isso. **CONSELHEIRO DILMAIR (Temática da Cultura):** Quero justificar a minha ausência ontem na Temática da Cultura porque estava participando de um curso de formação, mas tenho certeza que os meus colegas bem desempenharam o seu papel na nossa Temática. Quanto à questão da segurança quero dizer que é a Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana, e deveria ter como prioridade tratar dos direitos humanos na cidade, e andando nessas noites frias podemos ver a quantidade de pessoas que estão dormindo nas ruas, enroladas em jornais, em papéis velhos, debaixo das marquises. Esse tratamento essa Secretaria poderia dar para a cidade, tratar dessas pessoas que estão desassistidas, da nossa população de rua. E não tratar de segurança pública, que é prerrogativa do Governo Federal e do Governo do Estado. Outra questão que me chama a atenção diz respeito à Secretaria Municipal de Governança Estratégica, um nome meio complicado, que trata da contratação de consultorias, 350 mil reais. Quero saber se isso é investimento, custeio, por que isso? SE não for acho que poderíamos repassar esse recurso. Por que contratar essas consultorias? Acho que devemos repassar esses recursos para a cidade, para Habitação. Educação e Saúde. Não há porquê esse investimento. Em relação à SMED, no que trata da educação infantil temos que esmiuçar isso, de que forma serão aplicados esses 4 milhões e 231 mil, e 256 reais. Outra questão: o Mauro, funcionário do GPO que veio aqui, não foi destrutado. Simplesmente ele foi bem questionado e só depois não houve tempo para ele responder, mas deixamos aberta a data para ele responder. **CONSELHEIRA MARIBEL (Região Centro Sul):** Boa noite. Me desculpem se eu perguntar algo que não tenha nada a ver, mas é o primeiro ano que trabalho como Conselheira e tenho muitas dúvidas. O PPA é para quatro anos, a LDO é para o ano todo. A LDO é baseada no PPA e aí vem a Matriz Orçamentária que faz o que está baseado na LDO. É isso? **RICARDO ERIG (GPO):** É conforme as prerrogativas do PPA. **CONSELHEIRA MARIBEL (Região Centro Sul):** Na minha região a prioridade é Habitação, mas outra das prioridades também é uma onde quase 150 idosos se reuniram e foram à plenária pedir uma casa de convivência para idosos semi-dependentes passarem o dia. Acontece que a Luciana e o Mauro foram na região trabalhar a LDO e nós sugerimos uma emenda dentro do Programa 102 do governo, o Carinho não Tem Idade. Mas, me preocupa no anexo 3 da página 5 o valor previsto para esse programa: corrente, nada; capital, nada; total, nada. E a minha emenda está lá. Só que eu queria saber o dia da votação da LDO, que é para nós irmos lá e mostrarmos aos Vereadores que é uma necessidade da nossa região. Acho que temos que fiscalizar e saber quem é o autor da emenda e o que está se ganhando quando se aprova ou não. **RICARDO ERIG (GPO):** Vou começar pela Conselheira **Maribel** e dizer que está perfeito, no início do processo explicamos que o Plano Plurianual do Município inova em termos de planejamento e gestão porque apresenta os valores, trabalho com 21 programas e 315 ações. Cada uma dessas ações tem o seu valor. Então, para não termos um planejamento furado, colocamos dentro da Lei de Diretrizes Orçamentárias todas as metas de cada uma dessas ações, e além disso na proposta orçamentária que vocês receberam constam todos os valores dessas ações. Respeitamos todas as decisões que o Orçamento Participativo estabeleceu no processo da rodada única. Quem recebe mais recursos na cidade é Habitação, depois Educação, Saúde, Assistência Social e assim por diante. O Orçamento do DEP já tinha recursos contratados pelo governo anterior para o conduto forçado Álvaro Chaves, e é por isso que o DEP tem aquele recurso tão alto. Acho que esse Conselho deve atentar para algumas questões que dizem respeito àquelas demandas que levam mais de um ano para serem realizadas, como é a questão das pavimentações comunitárias, que atravessam dois, três anos, o conduto forçado Álvaro Chaves e todas as grandes obras que o Orçamento Participativo demanda. Sabemos que o recurso é um só, e está dada essa distribuição.

Por isso não conseguimos dar recursos novos para o tema pavimentação. Gostaríamos de destinar. As obras vão continuar existindo, só que são aquelas que vocês priorizaram anteriormente. Quanto à questão da LDO na Câmara de Vereadores eu não tenho a data de cabeça, mas na quarta-feira é o último dia para discussão, são seis sessões para a discussão, depois a Comissão de Economia, Finanças e Orçamento começa a analisar, são analisadas e recebidas as emendas, a CEFOR dá o seu parecer que vai a plenário para ser votada. O que posso dizer é que até o dia 10 de outubro o projeto tem que ser votado para ser remetido ao Executivo. Para o Conselheiro **Dilmair**, a respeito da questão da consultoria, podemos dizer que existem hoje no Município uma série de déficits dentro dos processos, de diagnósticos, inclusive, na questão de gestão. Sou Administrador por formação e digo que 350 mil aparentemente pode ser muito dinheiro, só que temos que ter claro que muitas vezes uma consultoria – e essa está dentro da secretaria de gestão -, que custa 300 mil reais isso não pode ser encarado apenas como custo, e sim como investimento, porque sempre que recebemos informações as mais modernos, que existem hoje no cenário de software, de conhecimento de aprendizado organizacional, de sistemas de ampliação de recursos, de melhoria dos processos internos da prefeitura, a prática aponta que existe sempre um implemento muito grande na receita. Essa consultoria é para que cada vez mais sejam ampliadas as receitas do Município. Quanto à ação específica da SMED essa é uma das ações do Plano Plurianual, onde está descrito do que se trata. A Conselheira **Malu** questionou dizendo que não seria verdadeira a proposta de matriz orçamentária, mas acho que ela pegou um pouco pesado na sua colocação. Essa é a matriz orçamentária que vocês sempre votaram, está nas páginas 8 e 9 do Plano de Investimentos. Foi isso que esse Conselho sempre votou. Apresentamos a mesma forma para esse Conselho, dizendo qual era o valor por órgão, o que era custeio, o que era investimento, quanto era o gasto com pessoal, qual era o total geral, percentualmente o que estava sendo gasto. A matriz é essa, despesa por órgão, com pessoal, investimento e custeio. Aqui estão apresentados todos os recursos que são para investimento, em todos os órgãos. E dizer que esse livrinho não é somente de investimento, é de serviços também, é um plano de investimentos e serviços. Não estão contemplados aqui unicamente os investimentos da prefeitura com os seus órgãos, regiões e temáticas, mas também todos aqueles serviços, como é o caso do conveniamento das creches, onde a Temática está envolvida. Todas as demandas de conveniamento, de serviços estão aqui dentro, são despesas correntes. Despesas de capital é uma despesa de investimento e uma despesa de custeio é uma despesa corrente, são sinônimos.

CONSELHEIRO ADROALDO (Temática de Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo): Acho que deveria haver uma prorrogação do prazo para votação, sei que é complicado, mas devido a importância do tema a proposta para votação seria no dia 22, próxima quinta-feira. Mas chamo a atenção de que todas as secretarias trazem a previsão com publicidade. Somando-se toda a publicidade o governo terá um dinheiro gordo para gastar com publicidade. Por isso acho que deveríamos discutir melhor essa questão. E chamo a atenção que a Secretaria de Direitos Humanos vai gastar 13 milhões, com despesas de pessoal e despesas correntes dá 2,5 milhões. Mas, quero dizer que a SMT tem para investimentos 7 milhões e pouco, e tem uma rubrica que diz o seguinte: plano de sinalização. Como nós ganhamos na Temática de Desenvolvimento Econômico uma demanda, em 2003, no valor nominal de 24 mil reais, quero propor que se faça a transferência, porque existem demandas que estão soltas, não aproveitadas, mas gostaria que fosse retirada da SMT para a o Escritório de Turismo, no Gabinete do Prefeito, até porque já existe a predisposição do governo de informar ao usuário sobre as questões de trânsito.

RICARDO ERIG (GPO): Está bem, só gostaríamos que fosse encaminhado por escrito, com o número da demanda, para conseguirmos formatar.

CONSELHEIRO ADROALDO (Temática de Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo): Por último na Cultura, não sei se os companheiros já falaram aqui, Democratização Cultura, 800 mil reais. Gostaria que isso fosse aberto para que possamos fazer alguma proposta.

CONSELHEIRO EMILIO (Região Humaitá-Navegantes-Illhas): Sobre as demandas atrasadas: o que acontece com o valor que já está gravado? Vamos ter de gravar novos valores? Aqueles valores deixam de existir? Vamos ter de modificar as demandas antigas? Isso tem de ser bem esclarecido porque a região está questionando bastante isso. Outra coisa: cadê o demonstrativo dos outros temas, porque ali só tem o das prioridades, e mais a pavimentação. Todo orçamento que fazemos é para o total da cidade, a não ser que não tenha valor para esses temas, então vai ficar tudo zerado? E sobre a mudança de valores entre temas, há muitos outros temas que nós não recebemos aqui, e

não será possível fazer essa mudança. O material deveria ter vindo mais completo. Obrigado.

DELEGADO FELISBERTO (Região Centro): Estive fazendo uma análise detalhada e me chama a atenção no Gabinete do Prefeito “projeto de apoio à comercialização turística, 125 reais.” Como irão comercializar o turismo de Porto Alegre com 125 reais. Então, é bom que a gente comece a ver como ajudar nisso. Todos, por outro lado, sabemos que um dos grandes problemas de Porto Alegre é a regularização fundiária. E aí na PGM (Procuradoria Geral do Município) tem 10 mil, para regularização fundiária. Por isso que os projetos não andam. Cai na PGM e com dez mil para a regularização eu duvido que alguma coisa possa ser feita. E aí temos 100 mil para a eficiência da arrecadação da dívida ativa. Muito bem, recurso importante para pegar os que não pagam, mas para regularização fundiária, quando Porto Alegre priorizou Habitação, isso é muito pouco. “Modernização da Guarda Municipal”. Perdoe a Guarda Municipal. Acho importante, mas é muito mais importante aplicar nas comunidades que precisam de desenvolvimento na área econômica, na área social. Tem 658 mil. Vamos dar uma mexida aqui. Vamos para a Secretaria de Direitos Humanos. Tem doze milhões, ali tem quatorze milhões para funcionários, vamos ver o que é isso, vamos discriminar isso. Tem mais coisa ainda: tem na Secretaria Municipal de Obras e Viação 4 milhões e 490 mil para obras de arte. Quero o detalhamento disso, para saber quais são as obras de arte, onde será investido, para que a gente possa também tirar 1 (um) milhão dali. Por fim, a SMT tem dois milhões para sinalização. Vamos tirar 500 milhões dali, “Plano de Sinalização” e vamos por nas prioridades da cidade. Parem de investir no que não é elencado como prioridade pela Cidade. Também temos de olhar a Secretaria de Gestão e Apoio Estratégico, e também a Governança Solidária, para vermos como podemos remanejar alguns recursos. Obrigado e desculpe por ter extrapolado o tempo.

RICARDO ERIG (GPO): O Conselheiro **Adroaldo** questiona o Democratização Cultural, e solicita uma maior abertura. Existem ações dentro de cada Secretaria, que são ações refletidas no Plurianual, e trazida para cada um dos órgãos. Essa é uma ação genérica, quem decide sobre a descentralização é o conjunto dos delegados e a Temática da Cultura, que decidem onde será realizada. Temos alguns temas, como a Usina do Gasômetro, a Semana de Porto Alegre e por aí afora. Em relação às demandas atrasadas quero dizer que essa tabelinha que tem aí em baixo, nesse material que foi entregue, diz ali “demandas em situação de andamento”, e a **Adaclides** diz que isso não está acontecendo lá. O que é isso que não está acontecendo? A Administração anterior criou uma sistemática, dentro do sistema de gerenciamento orçamentário, e hoje não existe demanda parada na cidade, só existem demandas em andamento. Existem demandas em processo de análise, em processo de estudo, em processo de elaboração de projeto, que está aguardando autorização do GPO, porque alguns órgãos instruíram assim, e quando dizem GPO querem dizer que estão aguardando liberação orçamentária, financeira. E se todos colocassem “aguardando o GPO” iríamos ficar lá com seiscentas demandas paradas. Mas isso quer dizer que a demanda está pronta, com o projeto concluído, mas não há dinheiro para ser realizada. Para o **Emílio**, quero dizer que apresentamos dentro da proposta da Matriz Orçamentária todos os valores de todos os órgãos, DEP, DMAE, SMT, SMAM, etc., todos estão aqui descritos de que forma serão os investimentos dentro de cada um dos órgãos. Hoje trouxemos os cinco temas que foram prioritários na Cidade de Porto Alegre. Não trouxemos de todos. Era do nosso entendimento que vocês já tinham a proposta de Matriz Orçamentária e a Proposta Orçamentária descrita com todos os recursos. Podemos fazer esse exercício ainda para verificar, e vocês melhor do que eu sabem que tanto o DEP quanto o DMAE têm critérios próprios, específicos, que são os órgãos que requerem uma minúcia maior sempre que for executada um tipo de demanda, então ainda não temos pronto, até porque o DEP e o DMAE ainda estão concluindo a avaliação das demandas para o PI-2006, e tão logo isso esteja acertado poderemos apresentar a vocês, se o Conselho achar necessário. Volto a dizer que dentro do quadro da Matriz Orçamentária é só verificar as ações do DEP e quanto de recursos existe e qual a situação que estará sendo realizada. *(O Conselheiro Emílio intervém fora do microfone.)* Conselheiro: o que acontece é o seguinte, existem gravadas seiscentas demandas que não foram realizadas. Correto? Cada demanda tem o seu valor. Correto? Essas demandas não foram realizadas. Hoje discutimos com vocês – e vocês têm que apresentar, torno a dizer, até o dia 15, a proposta das regiões de vocês, sobre a maneira como vocês querem resgatar as demandas de PIs atrasadas. Os recursos são limitados, pretendemos amplia-los ao longo dos anos, melhoramos o déficit da prefeitura. Hoje ainda conversava com o Delegado Felisberto, no final da tarde, no GPO, sobre o

grande problema do processo, porque não existe uma conta onde são depositados todo ano os recursos das demandas. Não existia até então essa conta. Então, por exemplo, tem uma comunidade que tem uma demanda por uma regularização fundiária para seiscentas famílias. Essa comunidade vai ao Orçamento Participativo e ganha uma demanda de dez mil reais, que dá para atender sessenta famílias, tudo bem, daria para resolver a questão dessas sessenta, se o dinheiro estava gravado e se existisse, mas e as outras 540 famílias? Demanda no ano que vem. O que acontecia então? Não era nada resolvido além daquelas sessenta. E ficava a demanda estancada para a regularização fundiária das seiscentas famílias. Só que no final do ano a Lei do Orçamento termina no dia 31 de dezembro, e aquele dinheiro não está depositado em conta nenhuma. Por isso o técnico do DMAE disse que esse era um dinheiro virtual. O que estamos propondo com essa sistemática de Matriz Orçamentária, e de construção de Orçamento para 2006, é que os recursos das demandas fiquem gravados dentro do Orçamento do Município. Estamos propondo para as regiões discutirem o Orçamento do ano. Correto? Então, para o Orçamento de 2006 vocês têm 961 mil reais, esse é o Orçamento da região de vocês, para o item Habitação, fora o PIEC, na região Humaitá/Navegantes/Ilhas. Esse Conselho, as regiões da Cidade, têm a possibilidade de escolher a forma a ser utilizada para o resgate de PIs anteriores, demandas anteriores. Então, por exemplo, vocês têm 961 mil reais para o item Habitação. Desses 961 mil reais quanto vocês abrem mão para o resgate de demandas anteriores? Serão 10, 20, 30, 50%? (*O Conselheiro Emílio intervém fora do microfone.*) Então, os recursos para Habitação em todas as regiões estão descritos e apresentados para vocês hoje. Até quinta-feira vocês devem decidir qual o percentual para o resgate de demandas anteriores. Na última tabela que vocês têm nessa folhinha que foi distribuída Humaitá/Navegantes/Ilhas tem 1 milhão, 354 mil em valores nominais de PIs atrasados em Habitação. É isso, só que esse dinheiro não está em conta nenhuma, esse dinheiro não existe, mas é garantia da administração – e temos esse compromisso junto com vocês – resgatar essas demandas. Era isso. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** São 20h30min. Temos ainda uma segunda rodada com dez inscrições. Vamos dar continuidade ou vamos deixar para a próxima reunião essa lista de inscrições? **CONSELHEIRO CUPINARÉ (Região Leste):** Gente, essa matéria é relevante e o Ricardo já falou que o dia 15 é o prazo final. Existe ainda a proposta para que os conselheiros façam as emendas para que possamos discutir o que querem os nossos companheiros. Proponho que se garantam as dez inscrições para a próxima reunião. **CONSELHEIRO CHIQUINHO (Região Centro):** A proposta é encerrar essa reunião e fazermos uma reunião ampliada na quinta-feira, e todos trazendo as propostas por escrito, da onde quer tirar e onde quer colocar, consultando as regiões. **CONSELHEIRO OMAR (Região Cruzeiro):** Pelo que falou o Chiquinho, até porque essas dez inscrições são suspeitas. Como dez inscrições se não foi aberto o período de inscrições? **DELEGADO DOMINIQUE (Região Partenon):** Sou Delegado da região Partenon, e dos meus Conselheiros estava aqui somente uma Jane, a outra Jane não comparece há algum tempo, e não estamos tendo o retorno na região Partenon pelos próprios nossos Conselheiros. São quatro Conselheiros, duas Jane, uma que acabou de sair, só vem uma, e o Ari não tem comparecido nem o Gomer ... **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** O delegado que quiser falar tem que pedir a autorização do plenário. **DELEGADO DOMINIQUE:** Isso é discriminação! O Conselho está levando para outro lado, e a mentira vai acontecendo. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** Então, a proposta é para a continuação dessa reunião na próxima quinta-feira, asseguradas as dez inscrições e iniciamos a reunião por essas dez inscrições. Há acordo? (Pausa.) (*Concordância do plenário.*) Obrigado e até quinta-feira. Estão encerrados os trabalhos.

Juarez Melo da Silva Junior - Juninho

Secretário Executivo do Conselho do Orçamento Participativo

UOP / PMPA - mat.15.993-9

✉ juninho@dmlu.prefpoa.com.br

☎ (51) 32893654-3661-3662 / 81695724